

ÍNDICE GERAL

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	11
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS.....	40
REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO	41
LEI Nº 6.123, DE 20 DE JULHO DE 1968.....	81
LEI COMPLEMENTAR Nº 28, DE 14 DE JANEIRO DE 2000	95
<i>Cria o Sistema de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco, a fundação de direito público que o administrará, denomina a Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE, cria os Fundos que lhe serão adstritos, respectivamente, Fundo de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPREV, e Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAFIN, ambos com natureza previdenciária, e determina providências pertinentes.</i>	
LEI Nº 11.781, DE 6 DE JUNHO DE 2000	112
<i>Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 100, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2007 ...	116
<i>Dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 14.249, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010	155
<i>Dispõe sobre licenciamento ambiental, infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 17.116, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2020	186
<i>Consolida o regime jurídico da taxa judiciária e das custas processuais devidas ao Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.</i>	

BLOCO I

DIREITO CIVIL	193
RESOLUÇÃO CNJ Nº 452, DE 22 DE ABRIL DE 2022	193
<i>Altera a Resolução CNJ nº 35, de 24 de fevereiro de 2007.</i>	
PROVIMENTO CNJ Nº 149, DE 30 DE AGOSTO DE 2023	193
<i>Institui o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CNJ-Extra), que regulamenta os serviços notariais e de registro.</i>	
DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	282
RECOMENDAÇÃO CNJ 134, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022.	282
<i>Dispõe sobre o tratamento dos precedentes no Direito brasileiro.</i>	
DIREITO DO CONSUMIDOR.....	284

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.000, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2021	284
<i>Estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; revoga as Resoluções Normativas ANEEL nº 414, de 9 de setembro de 2010; nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências.</i>	
RESOLUÇÃO ANATEL Nº 765, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2023	368
<i>Aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações.</i>	
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	383
RESOLUÇÃO CNAS Nº 145, DE 15 DE OUTUBRO DE 2004.....	383
<i>Aprova a Política Nacional de Assistência Social.</i>	
RESOLUÇÃO CONANDA Nº 113 DE 19 DE ABRIL DE 2006.....	394
<i>Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.</i>	
RESOLUÇÃO CONANDA Nº 117 DE 11 DE JULHO DE 2006.....	398
<i>Altera dispositivos da Resolução nº 113/2006, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.</i>	
RESOLUÇÃO CNAS Nº 109, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009.....	400
<i>Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 165, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2012.....	417
<i>Dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito na internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas.</i>	
RESOLUÇÃO CONANDA Nº 169, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2014	420
<i>Dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente prevista nos arts. 86, 87, incisos I, III, V e VI e 88, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.</i>	
RESOLUÇÃO CNJ Nº 295, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019	421
<i>Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes.</i>	
RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 98, DE 26 DE MAIO 2021	424
<i>Recomendar aos tribunais e autoridades judiciais a adoção de diretrizes e procedimentos para realização de audiências concentradas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade</i>	
RESOLUÇÃO CONANDA Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022	425
<i>Altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.</i>	

BLOCO II**DIREITO PROCESSUAL PENAL 435**

RESOLUÇÃO CNJ Nº 213, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015..... 435
Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas.

RESOLUÇÃO CNJ Nº 427, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021..... 444
Amplia a proteção a vítimas e testemunhas por meio da proteção à sua identidade, endereço e dados qualificativos.

RESOLUÇÃO CNJ Nº 484, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022..... 444
Estabelece diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais e sua avaliação no âmbito do Poder Judiciário.